



Anais da Assembléia

Nº 159

CURITIBA, SÁBADO, 04 DE DEZEMBRO DE 1976

ANO II

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 248.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1976.

SÁBADO

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Ivo Thomazoni e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Antônio Facci, Deni Schwartz, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Ernesto Gnoato. (29), achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (25).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 453/76, veto apostado ao Projeto de Lei 65/76, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que concede pensão mensal na importância de 1 (um) salário mínimo, à senhora TEREZA SOARES. Parecer da C.C.J., FAVORÁVEL ao veto, por unanimidade.— REJEITADO O PROJETO, MANTIDO O VETO.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 313/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 439/76, Mensagem 140/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de LOANDA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Sobre o referido projeto, existe um requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho e outros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio do projeto à comissão competente, sustentando-se a votação do mesmo devido ao Art. 137, parág. 3, inciso oitavo do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.— APROVADO.

Retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Resolução 313/76.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 314/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 440/76, Mensagem 141/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 314/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o — Fica aprovado o termo de re-ratificação datado de 05/10/76, ao Convênio celebrado em 09/06/76, entre o Governo do Estado e o município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO NÚMERO 440/76.

Acompanhado da Mensagem Governamental 141/76, de 21/10/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de re-ratificação datado de 5/10/76, ao Convênio celebrado em 09/06/76, entre o Governo do Estado e o município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Ao referido projeto, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, que será lido pelo Sr. Segundo Secretário.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO — (Lendo):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a retirada da Ordem do Dia da presente sessão extraordinária, do Projeto de Resolução 314/76, para a competente audiência das demais Comissões competentes, uma vez que já mereceu apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1976.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Em votação.—APROVADO. Retirado da pauta da Ordem do Dia, o Projeto de

Resolução número 314/76.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 05, domingo, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 144/76.

Levanta-se a sessão.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 249.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1976

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Lineu Turra e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Antônio Facci, Deni Schwartz, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Iliveira, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer, Leopoldo Jacomel e Accioly Neto (29); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, João Gioni Netto, José Domingos Scarpeolini, Lázaro Dumont, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (25).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem 166/76 Curitiba, 3 de dezembro de 1976.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, para, nos termos do § 1.^o, alínea B, do artigo 15, da Constituição Estadual, convocar essa augusta Assembléia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente de 6 a 23 deste mês de dezembro, para o fim especial de apreciar matérias de relevante interesse público, as quais estão contidas nas Mensagens em tramitação nessa Casa de Leis sob números:

20/76, 46/76, 54/76, 57/76, 68/76, 74/76, 77/76, 81/76, 82/76, 83/76, 90/76, 92/76, 95/76, 96/76, 99/76, 101/76, 102/76, 103/76, 104/76, 106/76, 108/76, 110/76, 113/76, 114/76, 115/76, 116/76, 117/76, 120/76, 122/76, 123/76, 125/76, 126/76, 127/76, 128/76, 129/76, 131/76, 132/76, 133/76, 134/76, 135/76, 136/76, 137/76, 138/76, 139/76, 140/76, 141/76, 143/76, 144/76, 145/76, 146/76, 148/76, 149/76, 150/76, 151/76, 152/76, 153/76, 154/76, 155/76, 156/76, 157/76, 158/76, 159/76, 160/76, 161/76, 162/76, 163/76 e 164/76.

Para inclusão na pauta das matérias a serem apreciadas no período da convocação, encaminho ainda a anexa Mensagem 165/76, dispondo sobre alterações em alíquotas do ICM, na forma disposta pela Resolução 76, de 22 de novembro de 1976, do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem 165/76 Curitiba, 3 de dezembro de 1976.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao "caput" do art. oitavo, da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, (Lei Orgânica do ICM).

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis, se faz oportuna e necessária, tendo em vista as disposições da Resolução 76, de 22 de novembro de 1976, do Senado Federal, que introduzem alterações nas alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, a terem vigência a partir de 01 de janeiro de 1977.

Maiores detalhes em torno do assunto, estão contidos na inclusa cópia autêntica do ofício 805/76, de 25/11/76, firmado pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças.

Certo de que a proposta formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. primeiro — O "caput" do artigo oitavo da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. oitavo — São as seguintes as alíquotas do ICM, a partir de 01 de janeiro de 1977:

- I- nas operações internas e interestaduais, 14 por cento;
- II- nas operações de exportação, 13 por cento.

Art. segundo — Fica expressamente revogado o artigo 10 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. terceiro — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. TATSUMA ITOW, ocorrido recentemente em Londrina.

O Senhor em apreço, foi Presidente da Aliança Cultural Brasil Japão do Paraná.

Outrossim, requer ainda, que da decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, endereçando-a para a Av. Higienópolis, 199 — LONDRINA - PARANÁ.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1976.

(a) JORGE SATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, requer com a aprovação do Plenário, o envio de ofícios às Assembléias Legislativas dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, solicitando cópia da LEI QUE REGULAMENTA A ATIVIDADE DE CORPO DE BOMBEIROS naquelas comunidades.

Nesses Estados os "Soldados do Fogo", possuem Legislação específica, que entre outras prerrogativas, garantem a aposentadoria aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço.

No Paraná, o CORPO DE BOMBEIROS é regido pelo Estatuto da Polícia Militar, cuja aposentadoria ocorre aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, faltando também a TAXA DE INSALUBRIDADE, fundamental para quem trabalha em características tão especiais como os bombeiros.

Pretendemos, Senhor Presidente, Srs. Deputados, estudando os Instrumentos de Lei referidos, elaborar ante-projeto de lei para atender alguns anseios e reivindicações da Classe do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer, à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando a extensão de linhas de telefonia às localidades de São João e de São Jorge, no município de ALTÔNIA.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1976.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

As localidades de São João e de São Jorge, no município de ALTÔNIA, contam com todas as características de cidades médias do interior, tais como: comércio pujante; energia elétrica; grande número de eleitores inscritos; São João 3.200; São Jorge 3.300; aproximadamente 12.000 habitantes em cada localidade.

Conforme projeto em tramitação nesta Casa, ambas estão prestes a serem elevadas à categoria de Distrito Administrativo.

O progresso da região, alcançado graças a coragem e espírito de sacrifício da população daquelas comunidades, e, considerando que vivemos em plena ERA DA COMUNICAÇÃO, falando em questão de minutos com qualquer parte do mundo, através os modernos processos de telefonia, não é admissível que progressistas localidades como São João e São Jorge, ainda não contêm com, pelo menos, postos de telefonia interurbana, por isso, requeremos o pronto atendimento das esferas governamentais à presente reivindicação.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas, depois de ouvido o Plenário, requer de V. Exa., seja proposto ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que determine ao Instituto de Presidência do Estado, a suspensão de qualquer desconto de funcionários, no mês de Dezembro.

Que o desconto referente o mês de dezembro, seja redistribuído, proporcionalmente, aos demais meses do ano.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Como ouviram os Srs. Deputados através da leitura do expediente, esta Assembléia foi convocada pelo Chefe do Poder Executivo, para apreciação de várias mensagens, a partir do dia 6, até o dia 23 do corrente mês.

Anuncia pois, a Presidência, a Sessão de Instalação do Período de Convocação, do Sr. Governador, para segunda-feira, dia 06, à hora regimental.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Está finda a leitura do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 101/76, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO "DESAFIO JOVEM BETEL", com sede e foro nesta Capital.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NÚMERO 101/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a sociedade civil de direito privado denominada DESAFIO JOVEM BETEL, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1976.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 118/76, que declara de utilidade pública a FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL "ANACREONTE VIEIRA BODEVAN", com sede e foro na cidade de IPORÃ, neste Estado.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 118/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul — ANACREONTE VIEIRA BODEVAN, com sede e foro na cidade de IPORÃ.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1976.

(aa) LINEU TURRA, PRESIDENTE; FRANCISCO ESCORSIN, RELATOR.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 122/76, que declara de utilidade pública o "CAMPING CLUBE DO BRASIL", Secretaria Regional do Paraná.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 122/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública o CAMPING CLUB DO BRASIL, Secretaria Regional do Paraná.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1976.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 123/76, que objetiva denominar "GRUPO ESCOLAR PROFESSORA ISABEL LOPES SANTOS SOUZA", o Grupo Escolar de Pinheirinho, bairro desta Capital.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 123/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — O Grupo Escolar do Pinheirinho, desta Capital, mantido pela Secretaria da Educação e da Cultura, fica denominado **GRUPO ESCOLAR PROFESSORA ISABEL LOPES SANTOS SOUZA**.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1976.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 124/76, que declara de utilidade pública, através sua Delegacia Regional do Paraná, a **ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA**, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.— **APROVADO**.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NÚMERO 124/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública, pela sua Delegacia Regional do Paraná, a **ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1976.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 133/76, que declara de utilidade pública o "**LAR MARILIANA BARBOSA**", da cidade de Castro.— **APROVADO**.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NÚMERO 133/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarado de utilidade pública o **Lar Mariliana Barbosa**, com sede e foro na cidade de Castro.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1976.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 134/76, que declara de utilidade pública o "**CENTRO ESPÍRITA JESUS PERANTE A CRISTANDADE**", com sede na cidade de Castro. **APROVADO**.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NÚMERO 134/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarado de utilidade pública o **CENTRO ESPÍRITA JESUS PERANTE A CRISTANDADE**, com sede e foro na cidade de Castro.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1976.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 240/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de **JANIÓPOLIS**, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.— **APROVADO**.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 240/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — **SUCEPAR**, e o município de **Janiópolis**, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1976.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 241/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de **RESERVA**, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica.— **APROVADO**.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 241/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, e o município de **RESERVA**, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do **FUNRESPOL** e verbas do orçamento do referido município.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1976.

(aa) Lineu Turra, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 144/76, de autoria do Deputado **GILBERTO CARVALHO**, que dá nova redação à tabela VIII, da Lei 6149, de 9/9/70. (**REGIMENTO DE CUSTAS**). Pareceres **FAVORÁVEIS** da C.C.J., e C.F., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA**.— Em discussão. Em votação.

O SR. **GILBERTO CARVALHO** — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. **PRESIDENTE (PAULO CAMARGO)** — Concedo a palavra, para encaminhar a votação ao Sr. Deputado **Gilberto Carvalho**.

O SR. **GILBERTO CARVALHO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos um Projeto de Lei que leva o número 144, que altera a tabela OITAVA, da Lei 6149, de 9 de setembro de 1970.

A apresentação deste projeto visa dar atendimento à Associação dos Serventuários da Justiça; esta tabela OITAVA atinge a **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL** — Seção do Paraná, Associação do Ministério Público e Associação dos Magistrados do Paraná, por todos os feitos, em Cr\$ 1,50 — e a Associação dos Serventuários da Justiça não é amparada nesta tabela.

A justificativa que apresentamos é no sentido de que seja incluída no projeto.

Apresentamo-la no seguinte teor:

(LÊ)

"A alteração da tabela oitava, tabela alterando inclusive o artigo 41, visa amparar o Serventuário da Justiça, na destinação de custas, igual a outras Associações, uma vez que o item 1 da tabela prevê Custas na Ordem dos Advogados do Brasil,

Seção do Paraná; o ítem II da Associação do Ministério Público; ítem III da Associação dos Magistrados do Paraná.

Verifica-se pela Tabela em vigor, da Associação dos Serventuários da Justiça, que o serventuário que prepara os processos, que lavra os atos, não é contemplado.

Com a inclusão do ítem IV, atendendo à Associação dos Serventuários da Justiça, com o mesmo valor, atribuindo a já atualizada tabela pela Consultoria Geral da Justiça, às outras Associações, vai dar condições de sobrevivência à Associação, possibilitando que esta presta assistência à classe dando orientação, aprimorando o trabalho da Justiça, por meio de cursos e congressos, possibilitando, ainda, melhor entrelaçamento entre os serventuários".

Sr. Presidente, tomamos conhecimento de que será apresentada uma emenda ao nosso projeto.

Sabemos que existe a Associação dos Oficiais da Justiça, e tomamos conhecimento hoje, também, da Associação dos funcionários da Justiça.

No último Congresso da Associação dos Serventuários da Justiça, tiveram participação também os Oficiais da Justiça, e sei que é intenção, - uma vez que todo funcionário que participa da Justiça é um serventuário -, que todos eles se inscrevam na Associação dos Serventuários da Justiça, tornando essa Associação forte e em condições de melhor atender a classe.

Porisso nós achamos que a inclusão da Associação dos Serventuários da Justiça nessa tabela virá atender a reivindicação da classe.

Muito obrigado.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Em votação.—
APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sobre a mesa,

requerimento de autoria do Sr. Deputado JORGE SATO, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. TATSUMA ITOW, ocorrido na cidade de Londrina.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, propondo-lhe que determine ao Instituto de Previdência do Estado, a suspensão de qualquer desconto dos funcionários no mês de dezembro.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine ao órgão competente a extensão de linhas de telefonia às localidades de São João e de São Jorge, no município de Altônia.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando sejam enviados expedientes às Assembléias Legislativas de São Paulo e do Rio de Janeiro, no sentido de que enviem cópia da Lei que regula a atividade de Corpo de Bombeiros naqueles Estados.— APROVADO.

O requerimento será encaminhado em nome do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, já que, evidentemente, é de interesse de S. Exa. para execução de algum projeto de Lei.

Portanto, irá não como da Assembléia Legislativa, mas do Deputado Valter Pietrângelo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando uma sessão ordinária de encerramento do período ordinário de sessões, para amanhã, dia 05, domingo, à hora regimental, apenas para votação da ata e a leitura do expediente e Sinopse dos trabalhos deste período legislativo.

.....
.....

Levanta-se a sessão.